

Os desafios de Obama no ambiente

No princípio de Novembro de 2009, precisamente um ano após ter sido eleito, o presidente norte-americano Barack Obama encontrava-se numa espécie de encruzilhada na trajectória da sua política ambiental. Ao longo de doze meses, tinha já feito o suficiente para mostrar que as suas promessas eleitorais não eram vãs. Distanciou-se claramente de George W. Bush, revertendo algumas das suas mais polémicas medidas na área do ambiente e reaproximou-se da linha de Bill Clinton. Retomou a via multilateral nas negociações climáticas. E ainda ganhou o Prémio Nobel da Paz, em parte pelo reconhecimento do seu papel mais construtivo nesse domínio.

No entanto, os maiores desafios – aqueles que por certo marcarão indelevelmente a administração Obama, pela positiva ou pela negativa – ainda estavam por resolver. Uma nova legislação que preconiza, pela primeira vez, limites de emissões de dióxido de carbono (CO₂) para a indústria dos Estados Unidos, através de um sistema de comércio de emissões, enfrentava forte resistência no Senado. E mesmo que fosse aprovada, não era vista pela comunidade internacional como suficiente perante as necessidades globais de redução de emissões para conter o aquecimento global.

Os condicionalismos social e político interno

Vencer as resistências internas e o receio de perda de competitividade das empresas norte-americanas – agravada pela crise económica que explodiu em 2008 – é, mais do que qualquer outro, o obstáculo central para que Obama se transforme no verdadeiro campeão ambiental que muitos aspiram ou imaginaram.

Depois da experiência de Bush, cujas políticas ambientais foram fortemente criticadas por vários quadrantes da sociedade norte-americana e mundial, não foi difícil à opinião pública acreditar que Obama pudesse vir a ser um herói. Já o seu discurso de posse, a 20 de Janeiro, marcou algumas posições de distanciamento em relação à

administração anterior. Obama falou de “repor a ciência no seu lugar certo” e de trabalhar “com velhos amigos e ex-inimigos” para “afastar o espectro de um planeta em aquecimento”. O presidente deixou clara a preocupação de que “cada dia traz mais evidências de que as formas como usamos a energia dão força aos nossos adversários e ameaçam o nosso planeta”. E prometeu “aproveitar o sol, os ventos e o solo para alimentar os nossos carros e as nossas fábricas”.

Um mês depois, no seu primeiro discurso numa sessão conjunta do Congresso, disse que pretendia duplicar o uso de energias renováveis em três anos e investir 15 mil milhões de dólares em novas tecnologias energéticas “limpas”.

Obama surgiu sobretudo como sendo capaz de fechar o hiato representado por George W. Bush em contraste com as políticas ambientais de Bill Clinton e Al Gore. Em oito anos de mandato (1993-2001), a administração Clinton-Gore reforçou as normas de qualidade da água e do ar e preservou largas áreas sensíveis, através da criação de mais parques e monumentos naturais. Opôs-se à exploração de petróleo no Refúgio Nacional da Vida Selvagem do Ártico, no Alasca. Lançou várias iniciativas na área das energias renováveis e eficiência energética. Ampliou o acesso à informação ambiental.

Mais do que estes pontos, o que mais marcou, na imagem pública, o legado de Clinton foi a assinatura do Protocolo de Quioto, em 1997. A sua administração acompanhou praticamente todo o processo de negociação do tratado, que tivera início depois da aprovação da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em 1992, no Rio de Janeiro. E o Governo arriscou assiná-lo, mesmo perante uma contundente advertência legislativa em sentido contrário. Em Julho de 1997, quando as negociações sobre o protocolo ainda não estavam fechadas, o Senado aprovou por unanimidade (95 votos a favor, nenhum contra) uma resolução proposta pelos senadores Robert Byrd e Chuck Hagel, aconselhando o governo a não firmar nenhum acordo que não incluisse metas

de redução de emissões também para os países em desenvolvimento ou que pudesse prejudicar a economia norte-americana. Na prática, a resolução Byrd-Hagel era uma indicação clara de que um tratado como o Protocolo de Quioto – que obriga apenas os países desenvolvidos a reduzir emissões de gases com efeito de estufa – jamais seria ratificado pelo Senado norte-americano. Mesmo assim, o vice-presidente Al Gore subscreveu-o, numa conferência climática da ONU, em Dezembro de 1997.

Poucos meses depois de tomar posse, em 2001, George W. Bush rejeitou liminarmente Quioto, demarcando-se de Clinton e dando ao mundo um sinal evidente de que a sua política ambiental marcaria uma clivagem profunda com a anterior. Também logo no princípio do mandato, Bush avançou com medidas internas polémicas, como suspender os novos limites máximos de arsénio na água, reverter normas da administração Clinton na área da conservação da natureza e lançar um plano energético que apostava no carvão, no nuclear e na exploração de petróleo em zonas naturais sensíveis, incluindo o Refúgio do Ártico. Uma das maiores organizações não-governamentais de ambiente dos Estados Unidos, o *Natural Resources Defense Council*, acusa impiedosamente Bush de ter deixado, após oito anos de mandato, um “legado sujo” na área ambiental, “desmantelando salvaguardas, ignorando as preocupações climáticas, marginalizando a ciência séria e atendendo às indústrias que ameaçam a saúde dos norte-americanos e o património natural”.

Herança e expectativas

A versão oficial da política de ambiente de Bush pode ser diferente. Mas, ainda assim, Obama parece ter sentido a necessidade de mostrar que seguiria outro caminho. Em Março de 2009, o jornal *USA Today* dava conta de que, em apenas dois meses, Obama tinha revertido ou suspenso várias medidas de Bush em diversos domínios ambientais. Por exemplo, os planos para a exploração de petróleo no Utah e Wyoming foram cancelados e

novas prospecções *offshore* estavam a ser reavaliadas. Na poluição do ar, uma norma que ilibaria algumas indústrias de cumprir limites de poluição por mercúrio foi revogada. Obama deu ainda um sinal claro, através de um corte orçamental decisivo, de que não queria o projecto de uma unidade subterrânea de armazenamento de resíduos nucleares do monte Yucca – onde já foram investidas verbas colossais nas últimas duas décadas.

Obama fez muito mais do que apenas contrariar o legado de Bush. Pressionado pela necessidade de soluções para a crise económica, o presidente conseguiu que o Congresso aprovasse o *American Recovery and Reinvestment Act* – um gigantesco pacote de estímulo à economia. Dos 787 mil milhões de dólares de ajudas e investimentos previstos, cerca de 100 mil milhões estão directamente relacionados com a energia e o ambiente. E no domínio das alterações climáticas, a administração pôs em marcha a promessa eleitoral de lançar um plano para reduzir em 80 por cento as emissões de gases com efeito de estufa dos EUA até 2050.

Quando se completaram 100 dias de mandato, em Abril, o desempenho ambiental da administração Obama mantinha-se em estado de graça perante a opinião pública. “O presidente Obama abriu, na energia, ambiente e clima, as portas que moverão a América numa nova direcção nestas áreas críticas”, avaliava na altura Wesley Warren, dirigente do *Natural Resources Defense Council*, num comunicado. Até o Programa das Nações Unidas para o Ambiente divulgou, então, o seu próprio entusiasmo: “Da selecção do um ‘green team’ de administradores de topo, até ao anúncio do pacote de estímulo para catapultar as energias limpas e construir uma economia verde, o presidente Barack Obama tem demonstrado liderança ambiental nos seus primeiros 100 dias no poder”.

A possibilidade de uma administração extraordinariamente brilhante na área do ambiente resvala, no entanto, numa característica da história política recente dos Estados Unidos. Segundo descrevem Christopher McGory Klyza e David Sousa, no livro *Ame-*

CRONOLOGIA: ALGUNS MARCOS NO CAMINHO DA POLÍTICA AMBIENTAL DE BARACK OBAMA

Data	Acontecimento
4 Novembro, 2008	Barack Obama é eleito
20 Janeiro, 2009	Obama toma posse como 44.º presidente dos EUA
4 Fevereiro, 2009	Canceladas licenças dadas por Bush para novas explorações de petróleo em áreas naturais do Utah
5 Fevereiro, 2009	Obama pede ao Departamento de Energia para fixar normas de eficiência energética para equipamentos domésticos
10 Fevereiro, 2009	Anunciada revisão de autorizações para explorações <i>offshore</i> de petróleo concedidas por Bush no final do mandato
13 Fevereiro, 2009	Congresso aprova pacote de estímulo à economia, no valor de 787 mil milhões de dólares, que inclui uma aposta central em energias limpas
24 Fevereiro, 2009	Obama discursa no Congresso, apresentando metas de investimento em energias limpas e defendendo um sistema de tecto e comércio de emissões
3 Março, 2009	Obama anuncia que irá reverter alterações feitas por Bush que enfraqueceriam a legislação de protecção de espécies ameaçadas
10 Março, 2009	Agência de Protecção Ambiental (EPA) propõe regras para inventários de emissões – um passo para a regulamentação do CO ₂
23 Março, 2009	Obama apresenta orçamento federal, com investimentos de 150 mil milhões de dólares, em dez anos, nas energias limpas e eficiência energética
31 Março, 2009	Proposta de lei Waxman-Markey, apresentada para discussão, pretende reduzir emissões em 83 por cento até 2050, em relação a 2005, através sobretudo de um sistema de <i>cap-and-trade</i>
17 Abril, 2009	EPA determina que gases com efeito de estufa conduzem a efeitos sobre a saúde, abrindo a porta à introdução de limites ao CO ₂
19 Maio, 2009	Obama anuncia novas normas de eficiência para automóveis a nível nacional, que reduzirão em 30 por cento as suas emissões até 2016
11 Junho, 2009	Governo anuncia que irá rever autorizações para determinadas explorações de carvão, de modo a reduzir o seu impacto em montanhas de seis estados
12 Junho, 2009	Obama anuncia a criação de uma <i>taskforce</i> para avaliar medidas na gestão dos oceanos, do litoral e dos Grandes Lagos
26 Junho, 2009	Lei Waxman-Markey aprovada na Câmara dos Representantes por 219 votos contra 212
8 Julho, 2009	Obama e demais líderes do G8 concordam com redução de 80 por cento nas emissões de CO ₂ dos países desenvolvidos até 2050
30 Setembro, 2009	Proposta de lei Kerry-Boxer é apresentada, com uma meta de redução de emissões de 20 por cento até 2020
3 Novembro, 2009	Lei Kerry-Boxer começa a ser discutida em comité do Senado, mas sob boicote dos republicanos

Fonte: NRDC; G8; Congresso dos EUA.

rican Environmental Policy 1990-2006, a evolução da política ambiental norte-americana nesse período esteve condicionada – e continua a estar – a uma lógica bipartidária de confronto de interesses. Nem sempre foi assim. Pelo contrário, entre os anos 1960 e 1980, a produção legislativa de ambiente não encontrou fronteiras intransponíveis entre os dois partidos, e desse período resultaram algumas das leis ambientais mais importantes do país – por exemplo, sobre a qualidade do ar, qualidade da água e

protecção das espécies ameaçadas. Mas, nas últimas duas décadas, os próprios avanços e recuos sobre medidas, normas e legislações, conforme o partido que está a ocupar a Casa Branca, revelam a dificuldade de se obterem consensos políticos em matérias ambientais. É neste cenário que está enquadrada a questão das alterações climáticas – um dos pontos prioritários da agenda de Barack Obama e no qual talvez o presidente encontre maiores dificuldades em vingar tanto a nível interno, como

externo. O difícil avanço da legislação que estabelece um regime de tecto e comércio de emissões de CO₂ no país é o maior exemplo disso.

A primeira batalha foi vencida à tangente. A lei promovida pelos deputados democratas Henry Waxman e Edward Markey passou na Câmara dos Representantes com uma escassa maioria de 219 votos a favor e 212 contra. Oito deputados republicanos votaram pela lei, mas 44 democratas votaram contra. Este é um sintoma de que, além das divergências partidárias, os temas ambientais promovem fracturas mesmo dentro de cada agremiação política, sobretudo quando estão em causas interesses regionais importantes.

O objectivo central da lei Waxman-Markey – que se estende por mais de mil páginas – era o de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no país em relação aos níveis de 2005, em 17 por cento até 2020, 42 por cento até 2030 e 83 por cento até 2050. As resistências à iniciativa têm origem no mesmo argumento esgrimido contra o Protocolo de Quioto – o de que a economia perderá competitividade e os cidadãos terão de suportar custos elevados.

Custos políticos do travão económico a uma dinâmica ambientalista da administração Obama

A questão das implicações económicas continuava a impedir o avanço da legislação, agora no Senado, onde foi rerepresentada pelos democratas John Kerry e Barbara Boxer, numa versão ligeiramente mais ambiciosa – preconizando 20 por cento de redução das emissões até 2020. Na avaliação da Agência de Protecção Ambiental norte-americana, o pacote legislativo (*Clean Energy Jobs and American Power Act*) implicará uma factura de 111 dólares anuais, em média, a cada família norte-americana. Em troca, criará empregos, tornará o país menos dependente dos combustíveis fósseis e ajudará a combater o aquecimento global. Mas os senadores republicanos exigiram uma nova avaliação económica e boicotaram, no princípio de Novembro, o início do debate na comissão pela qual a lei tem de passar primeiro, antes de ser submetida ao plenário.

Nessa altura, via-se como pouco provável que a lei fosse aprovada até ao início da conferência climática de Copenhaga, em Dezembro de 2009. Sem um compromisso interno definido, a posição de Obama na arena das negociações internacionais para um tratado pós-Quoto estava claramente debilitada. Mesmo que a lei Kerry-Boxer fosse aprovada, isto significaria pouco. O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas estima como necessária uma redução de 25 a 40 por cento das emissões dos países desenvolvidos até 2020, para se evitar uma subida de mais de dois graus Celsius na temperatura média global até ao final do século. O ano-base de comparação é 1990, o que significa que os 20 por cento prometidos pelos Estados Unidos com referência aos níveis de 2005 ficam longe da meta ideal.

A um mês da conferência de Copenhaga, quando a União Europeia, o Japão e a Noruega, por exemplo, já tinham avançado com metas robustas, os Estados Unidos – mesmo com Obama – continuavam encarcerados pelas suas resistências internas.

Da parte da administração, houve de qualquer forma avanços. Encerrando um processo que vinha desde o governo Clinton, a Agência de Protecção Ambiental determinou que os gases com efeito de estufa podem causar problemas à saúde, através dos efeitos do aquecimento global. Isto abre a porta a que a própria agência fixe limites para as emissões de CO₂. E Obama anunciou planos para aumentar em 30 por cento, até 2016, a eficiência da frota automóvel norte-americana – que emite mais CO₂ do que os carros europeus, em média.

Vitórias no campo ambiental podem ajudar Obama a recuperar o verniz que a recessão sem saída à vista lhe roubou nesse primeiro ano. Segundo inquéritos do Instituto Gallup, a taxa de popularidade do presidente tem caído desde a tomada de posse. No primeiro trimestre do seu mandato, 63 por cento dos norte-americanos aprovavam o seu trabalho à frente da Presidência. Em Outubro, no final do terceiro trimestre, esta taxa tinha caído para 53 por cento. ■